

1920, a Invasão dos Veranistas e o Inferno na Terra: Notas sobre a Construção e a Desconstrução do Turismo em Município da Serra Gaúcha

Itamar Ferretto Comarú¹

RESUMO

O estudo analisa o campo turístico e social na cidade de Veranópolis, RS, sob o viés de sua historiografia, buscando dados em pesquisa documental e entrevistas. Constata-se que, sobre sua população, a igreja católica praticava um olhar vigilante, avaliando com atenção as mudanças que se produziam numa sociedade em ebulição, temendo, sobremaneira, o contato entre visitantes e visitados. Todavia, a cidade não se metamorfoseava somente em seus costumes, que pareciam testados a todo o momento. A materialidade urbana, igualmente, passava por um veloz processo de ruptura entre antigo e moderno, sendo devorada pela aparente necessidade de se constituir uma imagem renovada da cidade, distanciando-se da antiga representação colonial. Ruiria ela também, tempos depois, seguindo as tendências padronizadas, impostas pelo capitalismo imobiliário. Em meio a esse processo, a cidade é renomeada, edificando-se uma nova identidade. Surge a *Cidade Veraneio*. A soma desses fatores levará ao contemporâneo distanciamento entre turismo e espaço urbano, contrapondo-se à valorização turística da natureza ali existente.

Revista Rosa dos Ventos

6(2) 280-292, abr-jun, 2014

© O(s) Autor(es) 2014

ISSN: 2178-9061

Associada ao:

Programa de Mestrado em Turismo

Hospedada em:

<http://ucs.br/revistarosadosventos>



Palavras-chave: Turismo. História do Turismo. Serra Gaúcha. Veranópolis, RS, Brasil.

¹ **Itamar Ferretto Comarú** - Mestre. Professor das redes municipal e particular de ensino de Caxias do Sul, RS. Pesquisador da *ifcultura* / Consultoria e Pesquisa. E-mail: ifcomaru@gmail.com

ABSTRACT

1920: Invasion of Vacationers and Hell on Earth: Notes on Construction and Deconstruction of Tourism in the Municipality of Serra Gaucha - The study analyzes the tourism in the city Veranópolis, RS, under the bias of its historiography, seeking information on documental research and interviews. It is verified that the Catholic Church practiced a vigilant eye on their population, carefully evaluating the changes that took place in local society, especially fearing the contact between tourists and locals. This did not prevent changes in place. The urban structure also went through the process of rupture between ancient and modern and the need to establish a new image of the city, different from that characterized colonial representation. The changes began to be imposed by the capitalism and civil construction. The name of the city, Alfredo Chaves, is exchanged for Veranópolis, affecting local identity. Comes a Summer Place City. The sum of these factors will lead to a distancing between tourism and urban space, with tourist valorization of nature.

Keywords: Tourism. History of Tourism. Serra Gaucha. Veranópolis, RS. Brazil.

INTRODUÇÃO

Segundo Roger Chartier (1988), a história cultural tem como principal objeto “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p.16), de modo a que, embora “as representações sociais aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (p.17). Segundo o mesmo historiador, as percepções do social não são de modo algum “discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas), que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (p.17). Para o sociólogo Michel Maffesoli (2001), é preciso que saibamos “resistir ao que é superficialmente claro, imediatamente compreensível, porque totalmente racional. Resistir, igualmente, ao prurido das opiniões” (p.12). Nessa perspectiva, o ofício do historiador desvela-se como ponto basilar ao presente estudo, pois é justamente por meio dela – a História –, que almejamos aclarar a atualidade, contextualizando e problematizando os acontecimentos que suscitam a invenção e subtração dos discursos turísticos, almejando a compreensão do passado, e vice-versa.

Muitos dos discursos turísticos contemporâneos se fundamentaram durante uma Modernidade pródiga em impetrar a ordem, codificar, identificar... Desse modo retomamos Maffesoli (2001) que, aliando seu pensar aos estudos de Foucault (1979, 1999), atenta ao fato que nesse período, “bem como concerne à produção, aos costumes, à saúde, à educação, à vida sexual, em resumo para tudo que se convencionou chamar de social, as massas foram domesticadas, assentadas no trabalho e destinadas à residência” (p.23). Isso se deu, entre outros fatores, pela vontade de políticos, religiosos, tecnocratas ou, simplesmente, pelo desejo daqueles que, naquele momento, possuíam o poder de decisão. Os tempos eram decididamente outros.

Assim, nosso estudo, que se vale da História Cultural, procura caminhar em sentido oposto ao nostálgico. Busca-se aprofundar os conhecimentos referentes à historiografia do Turismo na região Nordeste do Rio Grande do Sul, região turisticamente também conhecida como Serra Gaúcha, concentrando-se em uma espécie de reativação dos saberes locais. Parte de um estudo maior, os dados aqui apresentados enfatizam o Turismo na cidade de Veranópolis, RS. As raízes do turismo de Veranópolis datam de 1920, período em que os visitantes chegavam à cidade em busca de diversões culturais fundamentadas em teatro, festas, comemorações, carnavais... Entretanto, os recém-chegados não eram bem vistos pelos religiosos católicos da localidade. Entre outras manifestações, a que consta no Livro Tombo (1920) paroquial, e que faz referência à folia do Carnaval daquele ano, parece sintetizar essa relação temerosa: seria o “inferno [...] que andava todas as noites em luxuosos aparatos com gritarias, tambores, trombetas *et ammi genere musicarum infernabium* pelas ruas, casas, theatros, etc.” (p. 49).

A partir de então, os religiosos passam a atacar, de diferentes modos, a conduta e as inovações dos visitantes, as relações entre visitantes e visitados, assim como a participação do poder público nos eventos em que os visitantes estivessem presentes. Preocupados com a regulação social, a conduta dos religiosos chama a atenção por sua inquietude, temor e desconfiança perante aqueles que chegavam à localidade. Cerca de trinta anos depois, dando um salto no tempo, o Turismo adotará uma nova e diferenciada postura, amplamente enfatizada pelo poder público: “cerrar fileiras em torno desse objetivo e transformar nossa terra em um verdadeiro Centro de Turismo” (Relatório, 1958, p. 50). O que teria ocorrido? Que fatores passaram a ser enaltecidos ou esquecidos? Como se deu essa rápida mudança de sentido em relação à atividade turística?

Chegamos ao Turismo utilizando como porta de entrada a História e a Memória. Para isso nos valem das imagens da cidade, das memórias de antigos moradores e de vários documentos textuais. Refizemos a trajetória percorrida por visitantes de outros tempos; revisitamos e analisamos espaços urbanos comuns, mas com funções esquecidas; percebemos as relações conflituosas entre os envolvidos... Para compreender o esquecimento e apagamento do espaço urbano no campo turístico local, recriamos parte de seu espaço por meio de fotografias, almejando reconhecer a cidade apropriada e a esquecida pelo turismo. Desse modo, o que não era perceptível em determinada fonte o era em outra, o que possibilitou uma densa imersão no campo turístico e urbano da localidade.

OS PRIMÓRDIOS DO TURISMO NA CIDADE DE VERANÓPOLIS/RS

Os primeiros registros encontrados sobre a atividade turística na localidade remetem ao ano de 1920, quando o vigário, padre José de Bento Gonçalves, escreve que seu antecessor, o padre francês Luiz de La Vernaz, muito havia realizado em prol da localidade, entretanto, seria falso supor que “Alfredo Chaves tivesse chegado a ser um deserto de anacoretas!” (Livro Tombo, 1920, p. 49). No mesmo registro, afirma:

Longe disso! [...] a vida publicamente imoral do Intendente, imitado dessa sua indiferença religiosa pela quasi totalidade dos empregados [...]. A vida de luxo [...] sedenta de divertimentos e prazeres de certos veranistas e *neo-vindos* da Capital, os Grupos e Klubes recreativo-imorais, os cinemas idem etc. etc. etc... lutavam [...] contra o bem (p. 49, grifo no original)².

² Nesta e demais citações retiradas dos documentos consultados, mantem-se as grafias originais.

Percebe-se que o sacerdote credita aos governantes e à relação dada entre visitantes e visitados, um iminente perigo que pode por em risco a integridade, pelo menos moral, de seu *rebanho*. As palavras do religioso permitem mergulhar na atmosfera que envolvia os *veranistas e neo-vindos*, aparentemente bem recebidos pela localidade, mas vistos com desconfiança pelos religiosos que passam a tomar posições públicas, manifestando suas opiniões no púlpito da igreja. Além de temores, ou devido a eles, o sacerdote evidencia as atividades realizadas por esses visitantes chegados à localidade, ostentando uma “vida de luxo [...], sedenta de divertimentos e prazeres” (*Ibidem*), vindos, em sua maioria, da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, localidade que na oportunidade passara a ser administrada pelo ex-diretor da Comissão de Terras, em Veranópolis, quando esta ainda se denominava Alfredo Chaves, José Montauray³. Segundo Dalla Coletta (1998), era tal a procura de reservas no Hotel Zanchetta⁴, que os irmãos de Primo Antônio, então diretor do hotel, Fidel e José Zanchetta, “estabelecidos em Porto Alegre e proprietários do Café Pan-Americano, localizado no Mercado Público, e do Café Rex, na Rua da Praia, quase esquina Ladeira, já reservavam, na Capital, as vagas para as pessoas que vinham veranejar em Veranópolis, no Hotel” (p. 215).

A cidade seguia uma linha de desenvolvimento urbano que, com belas edificações e atividades culturais, dentro de suas proporções, adotava as mesmas propostas aplicadas na capital, Porto Alegre. A iluminação elétrica, presente desde 1912, permitia as seções de cinema com seus filmes mudos, animados por músicos ou, posteriormente, sonorizados. A eletricidade também possibilitava aos teatros, clubes e sociedades recreativas, como a Príncipe di Piemonte, a Cavalheiros do Luar ou a Sociedade Carnalavesca dos Tiriricas, maior animação nas várias festividades realizadas. A urbanidade se refletia na Orquestra Carlos Gomes, nas bandas de música, nos passeios realizados pela cidade e pelo interior, nos jogos... Estes, entre outros atrativos, possibilitavam o que o religioso definia como uma “invasão dos [...] veranistas da Capital” (Livro Tombo, 1920, p.49), de modo que, com “tantos veranistas e a *fácil comunicação com a Cidade*, intensificou-se extraordinariamente a sede de divertimentos, cinemas, theatros, fout-ball, conferencias etc. etc. tudo se acabando sempre em bailes, não sempre dos mais Moraes” (*Ibidem*, grifo no original).

Considerados profanos, os bailes e festividades ressaltam uma relação dialética, sem conciliação, entre os religiosos e as coletividades. À reunião de grupos com fins recreativos, geralmente acompanhados por músicas, danças, comes e bebes, eram creditadas diversas infelicidades, apresentadas como castigos divinos. Valduga (2007), em um estudo sobre a construção da identidade dos colonos italianos por meio da religiosidade no Rio Grande do Sul, expõe o célebre debate ocorrido entre Francisco Firpo, articulista do jornal *A época*, e Marcelino Prates, articulista do jornal *Staffetta Riograndense*⁵, autor da matéria intitulada ‘A grave lição’, de maio de 1941. O escrito apontava para o seguinte caminho: as enchentes que atingiram várias cidades do Estado naquele ano seriam castigos divinos, causados pela conduta pecaminosa das sociedades do período. Sigamos o relato, para melhor analisar o clamor de Marcelino, que procura demonstrar uma escrupulosa pureza moral, um austero e rígido respeito pelos princípios, além do zelo pelos costumes cristãos.

³ José Montauray de Aguiar Leitão (1858-1939). Em 1896 foi eleito prefeito de Porto Alegre. Antes, como engenheiro da Comissão de Terra, atuou no Rio Grande do Sul, entre outros, em Alfredo Chaves, hoje Veranópolis.

⁴ Desde 1924, em Alfredo Chaves, a família Zanchetta ocupava-se de atividades voltadas tanto para visitantes quanto visitados.

⁵ Atual jornal *Correio Rio-Grandense*.

A matéria finalizava com a conclusão de que as tais catástrofes haviam sido castigos divinos por terem as ditas cidades inundadas, promovido durante o Carnaval, bailes indecentes e escandalosos. Afirmava Marcelino Prates: “Deus não podia deixar impunes tantas barbaridades e imoralidades praticadas pelos gozadores da vida durante o último Carnaval. [...] Os homens devem se convencer de que há um Deus e que a sua lei não pode ser impunemente violada” (Valduga, 2007, p.178).

A contrariedade de Marcelino quanto aos bailes e festas representa o ponto de vista professado pelos sacerdotes católicos. Bailes como o que fora realizado vinte anos antes em Alfredo Chaves, no carnaval de 1920, e que, segundo o pároco da época poderia ser comparado ao inferno, tendo em vista que os veranistas, “unidos a rapaziada da Villa organizaram um carnaval de cidade. Era o inferno descadeado [sic] que andava todas as noites em luxuosos aparatos com gritarias, tambores, trombetas *et ammi genere musicarum infernabium* pelas ruas, casas, theatros, etc.” (Livro Tombo, 1920, p. 49). Declarava, ainda, o religioso que, para “não deixar tranquillo o furioso lobo no seu rebanho, levantou energicamente, mas com toda a prudência sua voz contra estes abusos e desordens” (*Ibidem*).

Percebe-se a perspectiva moralista, por vezes preconceituosa, que imperava não só na então Alfredo Chaves, mas em outras cidades da região. As festividades e seus fenômenos comportamentais surgiriam aos olhos da igreja como possíveis modos de o maligno devorar almas ou abalar as condutas cristãs. Simboliza, também, a tentativa de se modelar a sociedade por meio da cultura do medo, parecer imposto por religiosos que almejavam, ou consideravam, serem encarregados de orientar e controlar as vidas humanas por meio de inúmeras prescrições do que seria entendido como *o correto*. Desse modo, os religiosos de Alfredo Chaves creditavam às diversões e/ou relações dadas entre veranistas e neo-vindos, a possível fonte de todo mal social, além das prováveis influências nefastas desencadeadas sobre a localidade. Mediante críticas, até certo ponto provocantes, o padre defendia o convívio familiar como remédio contra os comportamentos eufóricos e ruidosos. Além disso, realçava sua preocupação com o *outro*, afirmando não compreender como um “pae, uma mãe, podem dormir somnos tranquillos enquanto os filhos, as filhas, estão caminhando alegremente pelas ruas ou dançando nos braços de uma mascara!” (Livro Tombo, 1920, p. 49). Por fim, enfatiza que se via no “sagrado dever de levantar [sua] voz contra um carnaval tão luxuoso e barulhento que pela primeira vez vem conturbar a tranqüilidade de nossa Parochia e introduzindo abusos” (*Ibidem*).

Essas manifestações encarregavam-se da busca e/ou manutenção da moralidade e *ordem* social contra os prazeres mundanos. Essas mostras de regulação e pressão social afluíam no cotidiano, pois grande parte do “clero italiano sustentava uma linha severa e puritana com referencia ao divertimento social, especialmente o baile, que era taxado de ‘sepulcro do pudor’, ‘caverna do diabo’, ‘fogueira de obscenidades’, e até de ‘celebração demoníaca’” (Bonfada, 1991, p. 74). A atitude dos controladores ideológicos em relação às alterações do cotidiano suscitou reações por parte dos governantes, pois o discurso que buscava constranger o rebanho social, aniquilando a autonomia de parte da comunidade, não encontrava aporte nos mandatários locais de então. Desse modo, o incidente teria tomado

[...] ainda mais vulto pelo facto de terem os Carnavallistas incluído na Comissão do carnaval as autoridades, (intendente, juiz de Comarca etc...) e quasi todos os pozzi grossi da nossa sociedade. Os mãos, chefiados por um Bocanera, Câmara Rezende, etc... ameaçaram acusar o pobre do Vigário às autoridades superiores; pois diziam elles gozarem da maior estima na Curia! (Livro Tombo, 1920, p. 49).

A dinâmica das festividades aumentava ainda mais a tensão dos religiosos com outros grupos existentes na cidade, entre eles os maçons. Era justamente na sociedade por eles administrada, a Società Italiana di Mutuo Soccorso Principe di Piemonte, que ocorriam os bailes mais representativos, as seções de cinema condenadas pelos religiosos ou a possível assimilação de novas ideias e ideais por meio do contato com o novo, ou diferente. Para os pesquisadores Busata e Stawinski (1979), a direção da Sociedade Italiana seria abertamente contrária às normas propostas pela Igreja católica. No entender dos autores, ela promoveria desabonadoras

[...] sessões facciosas e bailes provocantes, chegando ao desatino de organizar uma reunião dançante em praça pública. Como era de se esperar, o vigário não podia deixar de manifestar seu desdém por tal aberração. Os promotores, porém, dessa diversão escandalosa, levados pelo pérfido propósito de melindrar o vigário, tiveram a desfaçatez de reprisar a bagunçada, na certeza de levar de vencida a atitude do vigário. Mas, longe de se indispor, o calmo e prudente vigário ganhou a batalha com silêncio e oração (p.45).

O fato de os sacerdotes da moralidade terem ou não vencido a batalha com silêncio e oração, como sugerem Busata e Stawinski (1979), não parece coincidir com o discurso do sacerdote, que teria levantado o tom de sua voz energicamente contra os ditos abusos causados pelos visitantes. Nota-se um período bastante nervoso, permeado de receios e inseguranças, além do aparente temor de decadência social ou existencial. Assim, banir a ermo os visitantes, levando-os para longe da presença humana, foi a aparente reação dos detentores do poder, considerando-se que a atividade turística, até então, surgia como importante veículo de transformação social, apresentando um novo modelo de pensamento amparado na arte, no convívio com o outro e no saber, propiciando transformações constantes, que rompiam com as certezas e estabilidades do passado.

A SEDUÇÃO DO OLHAR PARA A NATUREZA

O início do turismo em Veranópolis teve a potência de uma pedra lançada contra a vidraça. Estilhaçou a ordem estabelecida, perturbou as tradições, abalou os costumes ali existentes, rompeu com a confortável rotina. Entretanto, a semente da natureza enquanto atrativo turístico estava sendo preparada, valorizada inclusive pelos sacerdotes. Assim, quando germina, o turismo local passa a ter um novo caminho, uma manobra astuciosa, que constrói um modelo *moderno*, até então não existente na cidade, afastando-se do antropocentrismo, onde os *homens* e suas construções culturais seriam o centro da atratividade, passando a construir uma atividade turística onde a natureza estaria ao centro de tudo. Este ato transformador será posto em prática na década de 1950, mas apresentará um claro efeito colateral: o esquecimento da cidade, mais propriamente, e dos seus atrativos culturais.

Desse momento, até a contemporaneidade, parecerá existir um acordo não formalmente expresso ou verbalizado, sobre quais aspectos do turismo não seriam mais desejáveis para a localidade. Essa mudança, relativamente rápida e intensa, foi sendo construída ao longo das décadas seguintes ao afloramento dos primeiros atritos entre os grupos envolvidos. Na contramão da ideia de urbanidade, e da própria valorização do atrativo urbano, inicia-se a construção de um novo turismo permeado pela clareza e objetividade de valorização da natureza local. Segundo Burke (2008), uma “aparente inovação pode mascarar a persistência da tradição” (p.39). Essa análise pode ser utilizada na nova formatação turística veranense, onde a *inovação* seria útil para dois propósitos ambicionados pelos religiosos: combater o

hedonismo presente na sociedade e protestar contra a nova conduta social do excesso, que se fazia perceber nos atos da juventude veranense.

O conservadorismo parecia entender que os cidadãos, especialmente os mais jovens, estimulados por possíveis pecados e tentações, apresentavam a intenção de se libertar das amarras religiosas, diminuindo o valor das antigas tradições. Esse seria o novo retrato de mundo local que ganhava dinamicidade e condenação, apresentando os sinais da deterioração daquele modelo existente até então. Mostra disso são as palavras do então recém-chegado vigário, Affonso de Caxias, sobre parte do povo de Veranópolis, pessoas que, em seu entender, possuíam “forte inclinação aos prazeres sensuaes”, pois se não bastassem às “casas de pecado estabelecidas na cidade”, os “escândalos matrimoniais, os adultérios, os bailes noturnos, [as] moças que fugiam de noite eram coisas da moda” (Livro Tombo, 1930, p. 2).

Passo a passo, o turismo com foco na natureza surgia como uma nova criatura, entretanto não mais selvagem ou desorientada. Agora, ela passaria a ter regras, posturas e espaços próprios. Algo próximo ao que sugere Nietzsche (1992, p. 94), quando considera que “assim como o pai, também a classe, o padre, o professor e o príncipe continuam vindo em toda nova criatura, a cômoda oportunidade de uma nova posse”. Essa maneira de tratar o turismo desenraizou-o de todo o cotidiano da localidade, gerando o esquecimento da cidade enquanto representação cultural de um povo. Entretanto, segundo o entendimento do então prefeito, Saul Irineu Farina (1958), “não poderíamos deixar de nos valer dos bem apropriados aspectos de que nossa comuna goza, para explorar semelhante atividade industrial. Contamos com um invejável clima e com uma situação topográfica admiravelmente privilegiada” (p.50). O mandatário faz menção ao turismo como *atividade industrial*, além de reproduzir com outras palavras o mesmo pensamento do sacerdote Affonso de Caxias, por ele apadrinhado em Veranópolis alguns anos atrás. É nesse período que os religiosos passam a destacar, mesmo que com discrição, as belezas naturais da cidade, percebendo-a como um lugar “alto, montanhoso, cortado por rios por todos os lados, águas boas, clima esplêndido no verão, rigoroso porém no inverno. A villa de ruas largas e prédios bonitos” (Livro Tombo, 1934, p. 1). Além disso, segundo os religiosos, o município seria chefiado por um “muito digno prefeito, o Sr. Saul Irineu Farina, bom catholico e bom brasileiro” (*Idem*, p. 2).

Segundo Molina (2003), essa maneira de “estruturar o setor [turístico] e seus agentes está de acordo com a lógica do mercado de massa. Os governos [...] assumem papéis diretivos na organização e gestão da atividade, inspirados também na concepção e implementação industrial” (p.25). Salaria ainda o estudioso que, quando o Turismo é tratado como indústria, uma prática corriqueira a partir da década de 1950, se costuma ditar leis de fomento e regulamentação, além de se criarem organismos públicos encarregados de estabelecer políticas voltadas ao desenvolvimento turístico. Dito de outro modo passa-se a empregar a ordem e a regulamentação, deixando de se realizar a atividade de modo orgânico para instaurar uma nova política amparada em princípios de ordem e legalidade. Nesse contexto, “o mercado está regulado por uma força que se sobrepõe às demais” (Molina, 2003, p. 34), o governo central. A ele caberia propor e instrumentalizar o “modelo com ações próprias ou por meio da transferência de recursos financeiros ao setor privado” (*ibidem*) propondo, em nosso entender, um turismo caracterizado por seguir os normativos mandamentos administrativos, propagadores das imagens espetaculares de sucesso profissional que o município poderia ou deveria alcançar.

Retomando o enaltecimento ao patrimônio natural, o então chefe do Executivo destaca o sentimento de espanto daqueles que se deslocam de ônibus, em direção à cidade. “Quem”, afirma ele, “viajando em ônibus de passageiros não reparou o pasmo de que são tomados os

estranhos ao percorrer as encostas sinuosas de nossos vales e quantas exclamações são ouvidas então!” (Relatório, 1958, p. 50). Desse modo, amparado por esse sentimento de espanto, admiração ou assombro dos viajantes, o prefeito deduzia que o turismo seria muito importante para a localidade, a ponto de considerar que a cidade necessitava “cerrar fileiras em torno desse objetivo e transformar nossa terra em um verdadeiro Centro de Turismo” (*Ibidem*).

Assim, ponderando sobre as necessidades existentes para o desenvolvimento turístico, o governo local avalia como fundamental a construção de um “Hotel Modelar, um hotel construído com todos os requisitos para o fim a que se destina, tendo em seus arredores amplo parque no qual o veranista encontrará uma distração, seja praticando os mais variados esportes, seja entretendo-se em contemplar a prodigiosa natureza” (*Ibidem*). Para o então chefe do Executivo, o município seria detentor de “visões panorâmicas surpreendentes” (*Idem*, p. 150), destacando como principais atrativos da localidade os seus vales profundos, as “furnas naturais, quedas d’água, além das engenhosas obras de arte como a ponte sobre o Rio das Antas, os túneis e os viadutos que constituem atrativos sem par para os visitantes” (*Ibidem*).

Cada vez mais, a proposta dos governantes acena para o afastamento do visitante do espaço urbano. Os critérios do que pode ser entendido como foco de atratividade local deslocam o visitante do espaço cultural para o natural a passos largos, inclusive no que tange à sua hospedagem. Toda a estrutura hoteleira existente é preterida para que se dê a construção de um novo hotel cercado pela natureza, um local onde o veranista poderia distrair-se praticando esportes ou contemplando os patrimônios naturais da cidade. Percebe-se que, na nova proposta, turismo e cidade não são ou estão interligados. Pelo contrário, o distanciamento é latente no que pulsam as palavras do mandatário. Ou seja, discorrendo sobre a validade do turismo para a cidade, o prefeito se afasta do campo cultural posicionando-se fervorosamente diante da natureza.

Ao longo desse processo, entretanto, os sacerdotes católicos não se encontram contemplativos. Se não abordavam diretamente as transformações em movimento no campo do Turismo, por meio de ditos ou escritos, a igreja se pretende, ainda, a representação da ordem e da moral. Para isso procurava desenvolver novas técnicas de dominação social, dentre elas o uso das artes, em especial o cinema, fator que culmina na construção do edifício Dom Vital, idealizado em 1944 e concluído em 1955. Sua construção remonta à necessidade de se criar um Salão Paroquial para a realização das festas religiosas da comunidade, mas ia além, servindo também como uma espécie de ponto cultural com salão de festas, salas para jogos, teatro, cinema, rádio, churrascaria e apartamentos. A instalação de um cinema *cristão*, no entender dos sacerdotes, ajudaria a combater os clubes e demais cinemas existentes na localidade, ambientes não recomendados pelos religiosos, além de “expurgar as fitas” (Livro Tombo, 1935, p. 2). Desse modo, tornando-se detentores de um cine teatro, os religiosos esperavam melhor controlar os divertimentos sociais dos habitantes, entretanto, “a igreja não exploraria o cinema, devido aos filmes, que todos deixam algo a desejar – mas sim alugaria a uma sociedade composta de elementos daqui – e que ficariam sob a super vigilância do vigário” (Livro Tombo, 1955, p. 36).

Já quanto aos visitantes, que buscavam a vibração e o entusiasmo das festividades urbanas, o juízo crítico se tornava ainda mais ácido.

Um senhor de Porto Alegre que viera para aqui passar o Carnaval, numa noite do auge das loucuras do rei momo estava dançando tresloucadamente, quando em pleno salão da Sociedade Alfredochavense, vítima de uma congestão, cai, vomita etc... causando pânico em todos os

presentes. Chamado o médico – chamaram o vigário. Não falou mais, morreu. Foi uma grande lição para os desvairados súditos do rei momo (Livro Tombo, 1952, p. 2).

Percebe-se a obsessão cega, almejando, a todo custo, cristalizar valores, práticas ou condutas, desconsiderando a complexidade do mundo contemporâneo de então, distanciando-se, e muito, de alguns ensinamentos bíblicos, como aquele presente em Hebreus, que sugere conservar “entre vós a caridade fraterna. Não vos esqueçais da hospitalidade, pela qual alguns, sem o saberem, hospedaram anjos” (Bíblia Sagrada, 2007, p. 1538). Para Leonardo Boff, o respeito e a tolerância são qualidades humanas fundamentais para que ocorra uma relação de acolhimento ou hospitalidade. Segundo o teólogo seria indispensável o respeito

[...] diante de cada pessoa humana, de outros povos, de suas culturas, tradições e religiões e diante de cada ser. Por mais pontos em comum que sejam identificados e por profunda que seja a convivência sempre sobram arestas, perspectivas e dimensões do outro que ou não entendemos, ou temos dificuldades em acolher ou simplesmente nos causam estranheza e nos degradam. É nesse momento que deve vigorar o respeito pela diferença e a tolerância como atitudes imprescindíveis para o estar juntos na mesma Casa Comum (Boff, 2005, p.47).

Sobre a sociedade de Alfredo Chaves os sacerdotes exercitavam o olhar vigilante. Entretanto, a cidade não se metamorfoseava somente em seus costumes, que pareciam testados a todo o momento. A materialidade urbana, igualmente, passava por um veloz processo de ruptura entre antigo e *moderno*, consumida pela manifesta vontade de ali se instituir a contemporaneidade.

O PODER SIMBÓLICO E A NOVA RECONSTRUÇÃO DO URBANO

Em Veranópolis, a falta de entrelaçamento entre turismo, cidade e natureza ganha contornos precisos quando analisados à luz da propaganda turística oficial da cidade (Comarú, 2010; 2011). Segundo Tavares (2002), a questão da atratividade turística “passa, sem dúvida, pelo reconhecimento e pela importância atribuídos a esses elementos na localidade onde estão inseridos. A valorização sociocultural que o atrativo possui ou recebe é imprescindível para mostrar sua relevância no panorama turístico do local” (p. 17). Ao enaltecer a nova imagem da cidade, o prefeito Saul Farina pronunciava-se esfuziante. Em seu entender, segundo relatório apresentado por ele à Câmara Municipal local, em 1937, o município progredia “a olhos vistos, [...] dia a dia embelezando-se de novas edificações que pontuam aqui e ali, ora subindo a encosta de uma colina, ora estendendo-se numa curva de rua para surgir mais longe, dominando todos os quadrantes da nossa pitoresca urbs” (Relatório, 1937, p. 9). Mais adiante, ainda no mesmo relatório, o mandatário observa o caráter glorificante da renovação urbana: “o melhor é que essas inúmeras edificações perderam o antiquado aspecto colonial, para se mostrarem em elegantes bungalow, dignas de figurarem em qualquer dos bairros mais elegantes da metrópole gaúcha” (*Ibidem*).

Se, por um lado, percebe-se a transformação como novidade histórica, uma mudança que transforma a renovada estética em símbolo de progresso ou distinção, nota-se também o desprendimento e o desinteresse pelo seu passado colonial. Esses fatores parecem propor uma espécie de abertura para o futuro, amparada na força da renovação urbana e no uso do

poder simbólico⁶, que se faz ver nos discursos dos grupos que almejam consolidar seus desejos e modos de regularidade social. Bourdieu (1989,) entende que as diferentes classes e frações de classes “estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses [...] reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (p.11). Essa relação é apreendida quando se analisa a descontinuidade do município de Alfredo Chaves, desencadeada por meio do Decreto Lei nº 3599, de 1941, que eliminava a duplicidade⁷ toponímica das cidades brasileiras, mas que parece ter ido além e colaborado, essencialmente, para o apagamento de parte da memória social do município.

Quando da mudança, o primeiro método utilizado para a substituição foi o autoritarismo. O prefeito de então, Rogério Galeazzi, fazendo valer seu desejo particular, define que o município passará a se chamar *Tapir*, que significaria *Anta* na língua indígena tupi-guarani. Publicado em edital e comunicado diretamente ao Conselho Nacional de Geografia, o mandatário optou por não envolver qualquer setor da sociedade local na escolha do novo nome (Farina, 1992). Entretanto, o fato de não consultar setores tidos por influentes na localidade, faz com que os campos intelectual e econômico, capitaneados pela Associação Comercial e Industrial de Alfredo Chaves, deem início a uma robusta campanha contra a designação imposta pelo prefeito. Este, ao tomar conhecimento da situação, ironiza a manifestação afirmando que não deixava de “ser interessante e útil a intervenção da Associação Comercial, no caso, embora um pouco tardiamente” (Farina, 1992, p.151).

Todavia, as manifestações não cessaram, assim como a busca pelo novo nome. Dentre os muitos originados em meio a debates e reuniões, Mansueto Dal Pai acaba por sugerir a criação da *Cidade Veraneio*, ou, simplesmente, Veranópolis. A ideia passa a ser abertamente apoiada pela Associação Comercial em debates e reuniões por ser, “conforme consta numa das atas ‘muito mais significativo, tendo em vista a ótima situação climática e especial para o veraneio, bem como o fato de não existir no País nome semelhante que possa dar origem a confusão’” (Farina, 1992, p.153). Decidido o nome, inicia-se uma costura política que irá atropelar a vontade do então prefeito, e que levará a indígena Tapir a se transmutar em *Cidade Veraneio*.

Tal sugestão foi encaminhada a Mansueto Bernardi, então residente em Porto Alegre. Intelectual e político influente, Bernardi imediatamente entrevistou junto ao Conselho Regional de Geografia [...] E para exercer maior pressão, a Associação Comercial e Industrial enviou telegramas para Ernesto Dornelles, Interventor do Estado, ao Dr. Alberto Pasqualini, então Secretário do Interior, e do Comandante da 3ª Região Militar (Farina, 1992, p. 153).

A articulação resultaria em editorial do jornal *Diário de Notícias*, de 18 de novembro de 1943: “Alfredo Chaves que todos pensavam mudar para *Tapir*, terá, de hoje em diante, a denominação expressiva de Veranópolis, conforme sugestão apresentada pelas classes mais representativas do município”. Desse modo, Alfredo Chaves não vê somente sua paisagem urbana mudar dia a dia, mas presencia a recriação de sua própria identidade por meio de vontades políticas, vontades que direcionaram o visitante cada vez mais para a contemplação das paisagens locais. Entre as tantas belezas naturais enaltecidas pela oficialidade, a imagem e a cultura da cidade acabaram por serem esquecidas.

⁶ Para Bourdieu (1989), o poder simbólico é capaz de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico” (p.14).

⁷ A regra era simples: a cidade mais antiga manteria o nome. Dada a existência de um município mais antigo, com o mesmo nome, no estado do Espírito Santo, coube à cidade gaúcha a substituição.

A paisagem urbana de Veranópolis, na contemporaneidade, acompanha a ascensão de novos grupos sociais que desejam, ardentemente, impor suas marcas nas novas representações do espaço urbano. Valendo-se de um brutal capitalismo imobiliário, as relações de poder são renovadas e/ou revigoradas para representar as distintivas características de uma nova sociedade urbana, atrelada conseqüentemente a novos fatores/poderes, econômicos, políticos e culturais que se fazem ver na paisagem urbana. Talvez por isso, ao retomar o pensamento de Fernand Braudel, Le Goff (1992) compreenda as cidades como “transformadores elétricos” (p.3) pois elas “aumentam as tensões, precipitam as trocas, urdem incessantemente a vida dos homens [...]”. São os aceleradores de todo o tempo da história” (*Ibidem*).

Esse tempo acelerado propicia reações e/ou relações diversas entre memória e tempo presente, dentre elas a de que “Veranópolis não é mais Veranópolis. Não. Mudou muito”, opinião de uma filha de imigrantes italianos, chegados da cidade de Cremona no início do século XX. Residindo no município de Vila Flores, distrito emancipado de Veranópolis na segunda metade de 1980, por vezes, a entrevistada⁸ vai à antiga cidade “só para ver os apartamentos [edifícios] que estão construindo”. O deslocamento lhe aguça as percepções e proporciona um reencontro com suas memórias; memórias que ficaram registradas em locais, em espaços que remetem a casos e causos representados na paisagem urbana, ou na ausência de seus referenciais. Isso é ilustrado quando a entrevistada, ao se deparar com a construção de um edifício na área central da cidade, onde antigamente existia uma das mais importantes casas de comércio da localidade, afirma:

Olha ali esse apartamento que estão construindo, ali onde que moravam os [membros da família] Dal Pai. [...] Eles não queriam morrer, porque eles eram o governo de Veranópolis, os mais ricos. Eles não queriam morrer, *ma varda, i viene mortti tutti*⁹ e olha... Eu fico parada olhando e pensando... Olha ali, construindo esses apartamentos onde morava a Loja Dal Pai.

Consolida-se uma paisagem urbana idêntica a outras tantas cidades, permanecendo como representante das singularidades locais alguns poucos bens arquitetônicos ainda não consumidos pelo campo imobiliário, mas dominados pela invisibilidade social. Esse fenômeno ganhou força nos últimos anos, quando foram edificados mais de 923.791,072 m² entre casas e edifícios¹⁰.

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

O período entre os anos 1920 e 1950 foi uma etapa agitada no campo sociocultural de Alfredo Chaves, depois Veranópolis. Havia na localidade uma grande liberação de energia social, onde o instituído metamorfoseava-se com uma dinamicidade nunca vista até então. Percebiam-se novas ideias, o surgimento de novas forças comerciais, emancipações políticas de distritos importantes, as novas facilidades nos transportes e na comunicação, que facilitavam idas e vindas... Era um momento de exuberância e efervescência que atordoava os setores conservadores, dentre os quais a igreja católica que, até então, usava seu poder para fazer-se ver e/ou perceber como a autoridade mundana e espiritual, uma entidade que atuaria como árbitra e guardiã da verdade e da moral, objetivando reger as posturas sociais da localidade.

⁸ Em entrevista ao pesquisador, em 2008.

⁹ “Mas olha, eles morreram todos”.

¹⁰ Dados obtidos no setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Veranópolis. Abrangem o período entre 1989 e 2009.

Para os religiosos de então, que tinham por ameaçadores os festejos e eventos, ou os hábitos e modos de viver dos visitantes, a mudança turística era providencial. Com seus discursos e narrativas contrárias ao contato com o *outro*, deixaram transparecer a relação de força e poder que naquele momento exerciam domínio. Constatou-se, a partir de meados do século XX, um novo entendimento sobre o turismo local, agora voltado potentemente para o campo e a natureza. O desenvolvimento dessa nova ideia, com suas múltiplas possibilidades de uso, valorativa inclusive do discurso terapêutico, transforma o Turismo em algo diferente do que era até então. A cidade, enquanto produto e/ou representação da arte e cultura, passa a ser subordinada a essa nova proposta, onde o exercício da cultura é substituído pela contemplação da paisagem. Tal processo não se deu somente pela vontade dos políticos de então, com suas pomposas frases de efeito, ou então pela abrupta percepção de uma natureza extraordinária e abastada. A proveniência da mudança se dá, sobretudo, por conflitos de interesse, construção de novos imaginários e representações que, sobre a cidade e turismo, se fizeram ver.

Por meio dela surge a nova ordem social e turística, repleta de intenções, desejos, mitos e utopias que se refletem até os dias atuais. Inicia-se, com ela, o modelo turístico isolado, descontextualizado ao cotidiano da cidade, inculcando a visão, e a eterna expectativa, de que a natureza transformaria Veranópolis em um 'centro de turismo' (Relatório, 1958, p. 50). Sob essas condições, a cidade passa a enfrentar a falta de público interno e externo, além da redução das opções culturais. Teatros, cinemas, bandas, clubes, associações ou cafés vão encerrando suas atividades, a ponto de não restarem muitas possibilidades para visitantes ou visitados, empobrecendo também o cotidiano local, com potentes reflexos até os dias atuais. A visão desfavorável do contato com o outro parece ter alcançado seu objetivo de *afastar o rebanho do lobo*, ou de consolidar o fracasso da tolerância. Consolidou-se, entretanto, o imaginário da natureza como fator primordial para o turismo local.

REFERÊNCIAS

Bíblia Sagrada. (2007). São Paulo: Ave-Maria.

Boff, L. (2005) *Virtudes para um mundo possível*. Hospitalidade: direito e dever de todos. Petrópolis, RJ: Vozes.

Bonfada, G. (1991). *Os palotinos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Palotti.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Burke, P. (2008). *O que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar.

Busatta, F.F. & Stawinski, A.V. (1979). *Luís de la Vernaz: a Igreja em colônias italianas*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS.

Chartier, R. (1988). *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel.

Comarú, I.F. (2010). Comunicação turística e patrimônio arquitetônico: A folheteria turística da cidade de Veranópolis. In: *Anais... XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Caxias do Sul.

Comarú, I.F. (2011). *Patrimônio histórico e turismo na cidade de Veranópolis, RS*. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS.

Dalla Coletta, A.R.R. (1998). Zanchetta: café, sorvete, hotel, adega, cinema. In: Costa, R. (org.). *Raízes de Veranópolis*. Porto Alegre: EST.

Farina, G. (1992). *A história de Veranópolis*. Veranópolis: SMEC/ PMV.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

Le Goff, J. (1992). *História e memória*. Campinas. SP: Unicamp.

Livro-Tombo do Município de Veranópolis. 1920, 1935, 1955.

Maffesoli, M. (2001). *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record.

Molina, S. (2003). *O pós-turismo*. São Paulo: Aleph.

Nietzsche, F. (1992). *Além do Bem e do Mal – Prelúdio a uma filosofia do futuro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Relatório. (1916). *Apresentado ao Conselho Municipal em 15 de outubro de 1915 pelo Intendente Coronel Achylles Taurino de Resende*. Porto Alegre: Livraria Americana, Cunha, Rentzsch & Cia.

Relatório. (1958). *Referente ao exercício de 1958 do prefeito Saul Irineu Farina*. Apresentado a Câmara de Vereadores na sessão ordinária de 1º de junho de 1958.

Tavares, A. de M. (2002). *City tour*. São Paulo: Aleph.

Valduga, G. (2007). *"Paz, Itália, Jesus": uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio-Riograndense (1930-1945)*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Recebido em 15.03.2014

Revisões pelo Autor: Junho de 2014

Aprovação: 29.06.2014